

Tópicos de Direito Autoral

LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

“Lei dos Direitos Autorais”

LEI Nº 9.609 , DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

“Propriedade intelectual de programa de computador”

Tópicos Direito Autoral

LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

“Lei dos Direitos Autorais”

Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

Direito Autoral

Lei N° 9.610 (19/02/1998)

- Art. 1º Esta Lei regula os direitos autorais, entendendo-se sob esta denominação os **direitos de autor e** os que lhes são **conexos**.
- Art. 2º Os **estrangeiros domiciliados no exterior** gozarão da proteção assegurada nos acordos, convenções e **tratados em vigor no Brasil**.
- Parágrafo único. Aplica-se o disposto nesta Lei aos nacionais ou pessoas domiciliadas em **país que assegure aos brasileiros** ou pessoas **domiciliadas no Brasil** a **reciprocidade** na proteção aos direitos autorais ou equivalentes.
- Art. 3º Os direitos autorais reputam-se, para os efeitos legais, **bens móveis**.
- Art. 4º Interpretam-se restritivamente os negócios jurídicos sobre os direitos autorais.

Direito Autoral

Lei N° 9.610 (19/02/1998)

- Art. 7º São **obras intelectuais protegidas** as criações do espírito, expressas por **qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte**, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, tais como:

- I - os textos de obras **literárias**, artísticas ou científicas;
- II - as conferências, **alocuições**, sermões e outras obras da mesma natureza;
- III - as obras dramáticas e dramático-musicais;
- IV - as obras coreográficas e pantomímicas, cuja execução cênica se fixe por escrito ou por outra qualquer forma;
- V - as composições **musicais**, tenham ou não letra;
- VI - as obras **audiovisuais**, sonorizadas ou não, inclusive as cinematográficas;
- VII - as obras **fotográficas** e as produzidas por qualquer processo análogo ao da fotografia;
- VIII - as obras de desenho, pintura, gravura, escultura, litografia e arte cinética;
- IX - as ilustrações, cartas geográficas e outras obras da mesma natureza;

Direito Autoral

Lei N° 9.610 (19/02/1998)

- Art. 7º São **obras intelectuais protegidas** as criações do espírito, expressas por **qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte**, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, tais como:

(**continuação**)

- X - os projetos, esboços e obras plásticas concernentes à geografia, engenharia, topografia, arquitetura, paisagismo, cenografia e ciência;
- XI - as adaptações, traduções e outras transformações de obras originais, apresentadas como criação intelectual nova;
- XII - **os programas de computador**;
- XIII - as coletâneas ou compilações, antologias, enciclopédias, dicionários, **bases de dados** e outras obras, que, por sua **seleção, organização ou disposição** de seu conteúdo, constituam uma criação intelectual.

Direito Autoral

Lei N° 9.610 (19/02/1998)

- Art. 7º São **obras intelectuais protegidas** as criações do espírito, expressas por **qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte**, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, tais como:
(**continuação**)
- § 1º Os **programas de computador** são objeto de **legislação específica**, observadas as disposições desta Lei que lhes sejam aplicáveis.
- § 2º A proteção concedida no **inciso XIII não abarca os dados ou materiais em si mesmos** e se entende sem prejuízo de quaisquer direitos autorais que subsistam a respeito dos dados ou materiais contidos nas obras.
- § 3º No domínio das **ciências, a proteção recairá sobre a forma literária ou artística**, não abrangendo o seu conteúdo científico ou técnico, sem prejuízo dos direitos que protegem os demais campos da propriedade imaterial.

Direito Autoral

Lei N° 9.610 (19/02/1998)

- Art. 8º **Não são objeto de proteção** como direitos autorais de que trata esta Lei:
 - I - as **idéias, procedimentos normativos**, sistemas, métodos, projetos ou conceitos matemáticos como tais;
 - II - os **esquemas, planos** ou **regras** para realizar atos mentais, jogos ou negócios;
 - III - os **formulários em branco** para serem preenchidos por qualquer tipo de informação, científica ou não, e suas instruções;
 - IV - os textos de **tratados ou convenções, leis**, decretos, regulamentos, decisões judiciais e demais atos oficiais;
 - V - as informações de **uso comum** tais como calendários, agendas, cadastros ou legendas;
 - VII - o **aproveitamento industrial ou comercial** das idéias contidas nas obras.

Direito Autoral

LEI Nº 9.609 , DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

“Propriedade intelectual de programa de computador”

Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências.

Propriedade intelectual de programa de computador (Lei N° 9.609/1998)

Capítulo I - Disposições preliminares

- Art. 1º **Programa de computador** é a expressão de um conjunto **organizado** de instruções em **linguagem natural** ou **codificada**, contida em **suporte físico** de qualquer natureza, de emprego necessário em **máquinas** automáticas de **tratamento da informação**, dispositivos, instrumentos ou equipamentos periféricos, baseados em técnica digital ou análoga, para fazê-los funcionar de modo e para fins determinados.

Propriedade intelectual de programa de computador (Lei N° 9.609/1998)

Capítulo II - Da Proteção Aos Direitos De Autor E Do Registro

- Art. 2º O **regime de proteção** à propriedade intelectual de programa de computador é o **conferido às obras literárias** pela legislação de direitos autorais e conexos vigentes no País, observado o disposto nesta Lei.
- § 1º **Não** se aplicam ao programa de computador as disposições relativas aos **direitos morais**, ressalvado, a qualquer tempo, o direito do autor de **reivindicar a paternidade** do programa de computador e o direito do autor de **opor-se a alterações não-autorizadas**, quando estas impliquem deformação, mutilação ou outra modificação do programa de computador, que prejudiquem a sua honra ou a sua reputação.

-

Propriedade intelectual de programa de computador (Lei N° 9.609/1998)

Capítulo II - Da Proteção Aos Direitos De Autor E Do Registro

- Art. 2º O **regime de proteção** à propriedade intelectual de programa de computador é o **conferido às obras literárias** pela legislação de direitos autorais e conexos vigentes no País, observado o disposto nesta Lei.
(**continuação**)
- § 2º Fica assegurada a **tutela dos direitos** relativos a programa de computador pelo **prazo de cinqüenta anos**, contados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao da sua publicação ou, na ausência desta, da sua criação.
- § 3º A proteção aos direitos de que trata esta Lei **independe de registro**.

Propriedade intelectual de programa de computador (Lei N° 9.609/1998)

Capítulo II - Da Proteção Aos Direitos De Autor E Do Registro

- Art. 2º O **regime de proteção** à propriedade intelectual de programa de computador é o **conferido às obras literárias** pela legislação de direitos autorais e conexos vigentes no País, observado o disposto nesta Lei.
(**continuação**)
- § 4º Os direitos atribuídos por esta Lei ficam **assegurados aos estrangeiros** domiciliados no exterior, desde que o país de origem do programa conceda, aos brasileiros e estrangeiros domiciliados no Brasil, direitos **equivalentes**.

Propriedade intelectual de programa de computador (Lei N° 9.609/1998)

Capítulo II - Da Proteção Aos Direitos De Autor E Do Registro

- Art. 2º O **regime de proteção** à propriedade intelectual de programa de computador é o **conferido às obras literárias** pela legislação de direitos autorais e conexos vigentes no País, observado o disposto nesta Lei.
(**continuação**)
- § 5º Inclui-se dentre os direitos assegurados por esta Lei e pela legislação de direitos autorais e conexos vigentes no País aquele direito exclusivo de **autorizar ou proibir o aluguel comercial**, não sendo esse direito exaurível pela venda, licença ou outra forma de transferência da cópia do programa.
- § 6º O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos casos em que o programa em si não seja objeto essencial do aluguel.

Propriedade intelectual de programa de computador (Lei N° 9.609/1998)

Capítulo II - Da Proteção Aos Direitos De Autor E Do Registro

- Art. 3º Os programas de computador poderão, a critério do titular, ser registrados em órgão ou entidade a ser designado por ato do Poder Executivo, por iniciativa do Ministério responsável pela política de ciência e tecnologia.

Regulamento ordenado pelo

DECRETO N° 2.556, DE 20 DE ABRIL DE 1998

DECRETO Nº 2.556, DE 20 DE ABRIL DE 1998

“Regulamento do registro de programa de computador”

Regulamenta o registro previsto no art. 3º da Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências.

Regulamento do registro de programa de computador (Decreto N° 2.556/1998)

- Art. 1º Os programas de computador **poderão**, a critério do titular dos respectivos direitos, ser **registrados** no Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.
- § 1º O pedido de registro de que trata este artigo deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:
 - I - os dados referentes ao **autor** do programa de computador e ao titular, se distinto do autor, sejam pessoas físicas ou jurídicas;
 - II - a identificação e **descrição funcional** do programa de computador; e
 - III - os trechos do programa e outros dados que se considerar suficientes para identificá-lo e caracterizar sua **originalidade**.
- § 2º As informações referidas no inciso III do parágrafo anterior são de caráter **sigiloso**, não podendo ser reveladas, salvo por ordem judicial ou a requerimento do próprio titular.

Propriedade intelectual de programa de computador (Lei N° 9.609/1998)

Capítulo II - Da Proteção Aos Direitos De Autor E Do Registro

- Art. 6º **Não constituem ofensa** aos direitos do titular de programa de computador:
 - I - a reprodução, em **um só exemplar**, de cópia **legitimamente adquirida**, desde que se destine à cópia de salvaguarda ou armazenamento eletrônico, hipótese em que o exemplar original servirá de salvaguarda;
 - II - a **citação parcial** do programa, **para fins didáticos**, desde que identificados o programa e o titular dos direitos respectivos;

Propriedade intelectual de programa de computador (Lei N° 9.609/1998)

Capítulo II - Da Proteção Aos Direitos De Autor E Do Registro

- Art. 6º **Não constituem ofensa** aos direitos do titular de programa de computador: **(continuação)**
- III - a ocorrência de **semelhança de programa a outro**, preexistente, quando se der por força das características funcionais de sua aplicação, da observância de preceitos normativos e técnicos, ou de limitação de forma alternativa para a sua expressão;
- IV - a **integração** de um programa, mantendo-se suas características essenciais, a um **sistema aplicativo ou operacional**, tecnicamente indispensável às necessidades do usuário, desde que para o uso exclusivo de quem a promoveu.

Propriedade intelectual de programa de computador (Lei N° 9.609/1998)

Capítulo IV - Dos contratos de licença de uso, de comercialização e de transferência de tecnologia

- Art. 9º O **uso** de programa de computador no País será objeto de **contrato de licença**.
- Parágrafo único. Na hipótese de eventual **inexistência do contrato** referido no *caput* deste artigo, o **documento fiscal** relativo à aquisição ou licenciamento de cópia servirá para comprovação da regularidade do seu uso.

Propriedade intelectual de programa de computador (Lei N° 9.609/1998)

Capítulo V - Das Infrações E Das Penalidades

- Art. 12. **Violar** direitos de autor de programa de computador:
Pena - Detenção de **seis meses a dois anos** **OU** multa.
- § 1º Se a violação consistir na reprodução, por qualquer meio, de programa de computador, no todo ou em parte, para **fins de comércio, sem autorização** expressa do autor ou de quem o represente:
Pena - Reclusão de **um a quatro anos** **E** multa.
- § 2º Na **mesma pena** do parágrafo anterior incorre **quem vende, expõe à venda, introduz no País, adquire, oculta ou tem em depósito, para fins de comércio,** original ou cópia de programa de computador, produzido com violação de direito autoral.